

'Decreto nº 8243 é garantia de poder ao PT', diz Ives.

Em plenária na ACSP, Ives Gandra Martins fala na criação de quinta coluna.

Victória Brotto

O decreto nº 8.243 da presidente Dilma Rousseff, que institui a Política Nacional de Participação Social (PNPS), é uma garantia do PT para se manter no poder, ganhando ou não a reeleição. É o que afirmou ontem, em reunião na sede da Associação Comercial de São Paulo (ACSP), o jurista Ives Gandra da Silva Martins. "Na medida em que percebe o fracasso de seu modelo econômico e a queda nas pesquisas de intenção de voto, Dilma e o ex-presidente Lula decidem que, perdendo ou ganhando, terão o poder nas mãos", afirmou.



Rogério Amato

Congresso Nacional a expressão nenhuma. Os conselhos, dentro dos Ministérios, se transformarão numa quinta coluna do poder", disse o jurista. "E se o novo governo eleito for cancelar esses conselhos, eles virão falar em medidas ditatoriais e procurarão desestabilizar o governo."

Em conformidade com as palavras de Ives Gandra Martins, o presidente da ACSP e Facesp, Rogério Amato, afirmou que a Casa se coloca ao lado da Constituição Federal que prevê o Congresso Nacional como representante popular. "A Casa tem feito uma enorme pressão aos nossos

deputados para que impeçam o decreto", afirmou.

REPERCUSSÃO

Entre outros pontos, o decreto 8.243, que foi assinado pela Presidência da República no dia 23 de maio deste ano, determina a criação de um colegiado, formado por membros do governo e da sociedade, para discutir as decisões da administração pública federal, avaliá-las e propor alterações. "Fica instituída a Política Nacional de Participação Social com o objetivo de fortalecer e articular os mecanismos e as instâncias democráticas de diálogo e a atuação conjunta entre a administração pública federal e a sociedade civil", afirma o 1º artigo.

Dias depois de assinado, parlamentares da base de oposição e até da base governista criticaram o texto dizendo que ele "esvaziava as funções do Congresso Nacional".

"Sempre defendi a participação popular, mas não é aconselhável que se utilize de um decreto para tal... Quem representa o povo é o Congresso Nacional. O ideal é que a proposta seja enviada por projeto de lei ou mesmo por medida provisória, para que



O jurista Ives Gandra Martins em reunião plenária da ACSP alerta sobre os riscos do decreto 8.243 ao País

Os conselhos populares, dentro dos Ministérios, se transformarão numa quinta coluna do poder.

IVES GANDRA MARTINS

sejam aqui aprimorados por deputados e senadores", afirmou o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB) semana passada.

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) elaborou um projeto de decreto que susta o decreto presidencial. Hoje, este projeto já ganhou caráter de urgência para ser votado às pressas pela Câmara e pelo

Senado Federal. "Esse decreto dispensa o Congresso legislativo. Em temas de grande importância, não se pode prescindir do Congresso. Essa cópia de modelo cubano ou venezuelano não estimula o modelo democrático, se configura de flagrante processo que tem que ser repellido", afirmou Dias.

REGIME BOLIVARIANO

Ives Gandra afirmou, na ACSP, que está em contato com "diversos parlamentares" para alertá-los sobre o que acredita ser "um golpe do governo federal para instaurar um regime bolivariano", mas que eles "só irão pensar nisso depois de outubro", quando o período de campanha eleitoral acabar. "A impressão que eu tenho é que eles não estão preocupados.

O Congresso já não é organizado e ainda mais agora em época de eleição que eles precisavam ir atrás de alianças". Para Gandra, é "isso mesmo o que o governo quer: quando chegar em outubro, já terão todos os conselhos montados e os fundos prontos".

O jurista conclamou os empresários presentes a reagirem contra o que chamou de "golpe às instituições democráticas" e voltou a criticar a visão "bolivariana" de Dilma que "vê o Estado como uma figura mitológica e quer agigantá-lo". "Eu li a Constituição da Venezuela e a da Bolívia e o que vejo neste decreto é muito similar ao que encontrei nelas: um Executivo com poderes reais, conselhos soviéticos dentro deles que deliberam sobre tudo, e o Judiciário e o Legislativo à mercê", finalizou.

Articulação por mais poder

Representantes do Fórum de Transparência, Participação e Controle Social querem conselhos deliberativos

Já existe uma articulação para que os conselhos consultivos previstos no decreto 8.243 se tornem deliberativos via projeto de lei, segundo os coordenadores do Fórum de Transparência, Participação e Controle Social, André Luiz da Silva e Maria Lúcia do Amaral, presentes ontem à reunião plenária da ACSP.

"Nós queremos participação direta, não queremos dessa forma que foi redigido, onde o povo só dá sugestões", disse Maria Lúcia do Amaral, que lidera um grupo de entidades civis com representantes em todos os estados brasileiros.

André Luiz e Maria Lúcia contam que o decreto surgiu por iniciativa de mais de 200 organizações da sociedade civil - que há quatro anos lutam para ter mais voz política. "Famos apresentar um projeto de lei, mas para não ficar na gela-

deira veio a solução via decreto", admite André Luiz.

Dois dias antes do decreto ser assinado, segundo eles, representantes da sociedade civil se reuniram com a Secretaria da Presidência para exigir que o governo assinasse um documento se comprometendo a fazer também um projeto de lei, que mudasse o caráter consultivo dos conselhos populares para caráter deliberativo. Maria Lúcia e André Luiz garantem que o ministro da chefe da Secretaria Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, assinou um documento se comprometendo a apresentar, no futuro, um projeto de lei "com melhorias", entre elas, dar poder deliberativo aos conselhos.

As diretrizes do decreto 8.243, segundo eles, não são novas, foram discutidas desde 2011 em todos os estados brasileiros.

André Luiz conta que foram feitas reuniões municipais, estaduais e nacionais com apoio e organização das prefeituras, das Corregedorias e do governo federal. "Em 2011, fizemos várias reuniões em São Paulo com a presença de representantes da Prefeitura, na época gerida por Gilberto Kassab".

A reunião nacional, da qual saíram 80 propostas de participação popular, aconteceu em 2012 em Brasília com 1.376 pessoas. "Todas elas foram abertas para a população, divulgamos na internet, nada foi feito às escondidas, dentro de gabinetes", explica Maria Lúcia. "Se a população não participou é outra história", acrescenta.

Questionados sobre o perigo de aparelhamento político dos conselhos, os coordenadores do Fórum disseram que há temor que isso aconteça, mas "é melhor ficar com algu-

ma coisa do que não ficar com nada". "Nós nunca podemos participar ativamente do poder, nós queremos ter voz, melhor ter alguma coisa, como esse decreto, do que não ter nada", disse André Luiz.

Segundo ele, "muitos juristas, advogados e figuras importantes" estão a favor do decreto 8.234, entre eles, Gilson Dipp, vice-presidente do Superior Tribunal de Justiça e do Conselho Federal, Bresser Pereira, ex-ministro do governo de FHC, Marina Silva, vice na chapa do presidente Eduardo Campos (PSB), os jurista Fabio Comparato e Dalmo Dallari, além de Roberto Amaral e Frei Betto. Entre a lista dos favoráveis também aparecem a CUT, Força Sindical, União Nacional dos Estudantes (UNE) e a Rede Nacional da Comunidade de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transsexuais (ABGLT).



Paulo Pampolim/Hype

Nós nunca podemos participar ativamente do poder, queremos voz, melhor ter alguma coisa, como esse decreto, do que não ter nada.

ANDRÉ LUIZ DA SILVA, COORDENADOR DO FÓRUM DE TRANSPARÊNCIA, PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

VOZES NA CÂMARA



Gabriela Korossy/ Agência Câmara



Zeca Ribeiro/ Agência Câmara



Luís Macedo/ Agência Câmara



Gabriela Korossy/ Agência Câmara

Mais uma vez, a presidente Dilma, por uma medida autoritária, tenta passar por cima do Parlamento brasileiro.

MENDONÇA FILHO (DEM-PE)

Está no texto [do decreto] que a prerrogativa dos conselhos se restringe à consulta de políticas públicas para o Executivo.

AFONSO FLORENCE (PT-BA)

Ampliar o papel da sociedade por meio de conselhos populares não cria um conflito entre democracia direta e representativa.

HENRIQUE FONTANA (PT-RS)

Com o decreto 8.234 abre-se um precedente para que só participem dos conselhos populares quem o governo quiser.

DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG)

CreMAC
AR CONDICIONADO
desde 1963

50 anos de tradição no mercado de climatização

Promoção de Inverno
Limpeza química
30% desconto

Venda, Instalação e Manutenção de Ar-Condicionado

www.cremac.com.br
Tel/Fax: 11 3253-5197
Rua Doutor Luís Barreto, 349 - Bela Vista - São Paulo

e-mail: cremac@cremac.com.br